

FD 2014

1ª Fase – Inglês (21/07/2013)

A

002
002/002



FACULDADE DE DIREITO - USP
EXAME DE SELEÇÃO PARA A PÓS-GRADUAÇÃO – 2014

Inglês
21/07/2013 – 9h às 11h30min

Instruções

1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
2. Este caderno compõe-se de 30 questões em forma de teste de múltipla escolha.
3. Em cada teste, há 5 alternativas, sendo correta apenas uma.
4. Preencha completamente o alvéolo na folha óptica de respostas, utilizando necessariamente caneta esferográfica com tinta azul ou preta. Exemplo: 
5. Não deixe questões em branco na folha óptica de respostas.
6. Duração da prova: **2h30min**. O candidato deve controlar o tempo disponível. Não haverá tempo adicional para transcrição de gabarito para a folha óptica de respostas.
7. O candidato poderá retirar-se do prédio após 1 hora de prova.
8. Durante a prova, é vedada a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
9. Atenção! No final da prova, é obrigatória a devolução deste caderno de questões e da folha óptica de respostas. Poderá ser levado somente o gabarito provisório de respostas.

Observação

A divulgação do resultado desta prova será no dia 09 de agosto de 2013, no *site* da FUVEST (www.fuvest.br).

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 05

(CNN) – *The Affordable Care Act, enacted in 2010 but still the focus of intense Republican scorn, got a boost from its champion President Barack Obama on Friday at an event singling out the law's benefits for women.*

5 He made his remarks at the White House alongside women and families who say they're already benefiting from the measure, which has become known as Obamacare. "Because of this law there are millions of other Americans - moms and dads and daughters and sons - who
10 no longer have to hang their fortunes on chance. Because we are not going to inflict that hardship on the American people again," Obama said.

The law, he said, particularly benefits women, including its provisions providing better access to
15 mammograms and birth control, as well as new measures allowing children to remain on their parents' health insurance up to age 26.

The health care law, considered one of Obama's most
20 substantial first-term achievements, has long been challenged by Republicans as unconstitutional and bad for small businesses.

The Supreme Court heard challenges to the law last year and upheld it by a 5-4 vote, deeming its key individual
25 mandate, which requires most Americans to obtain health insurance or face a tax penalty, constitutional. That decision also paved the way for the law to take effect next year.

Yet, Republicans have vowed to continue fighting the law. The House will hold its 37th vote to repeal Obamacare
30 next week, though its demise is unlikely with a Democrat-controlled Senate and White House.

Obama acknowledged the political back-and-forth on Friday. "There's still a lot of political bickering over this law," he said.

CNN.com, 10 May, 2013. Adaptado.

01

Segundo o texto, um dos benefícios do *Affordable Care Act*, em relação às mulheres, diz respeito

- à obrigatoriedade das seguradoras de cobrir gastos com doenças crônicas.
- ao melhor acesso a exames preventivos e aconselhamento contraceptivo.
- ao aumento da expectativa de vida de mulheres economicamente ativas.
- à isenção do pagamento de pequenas cirurgias, em algumas especialidades médicas.
- à possibilidade de extensão de cobertura do seguro aos filhos acima de 26 anos.

02

Conforme o texto, no que concerne à lei do sistema de saúde, o presidente Barack Obama

- espera derrubar entraves que bloqueiam o cronograma para a implantação das mudanças.
- reconhece a existência de limitações e lacunas na lei que precisam ser consideradas numa segunda etapa de implantação.
- conta com o apoio de uma parcela da população norte-americana, a qual reconhece estar usufruindo de vantagens da reforma no sistema de saúde.
- enfrenta oposição ampla de pequenos empresários preocupados com custos gerados pela mudança.
- acredita ter superado as críticas de especialistas em legislação relativa a questões de saúde.

03

O texto informa que a Suprema Corte dos Estados Unidos da América posicionou-se, acerca da lei do sistema de saúde,

- considerando pertinente a série de contestações que lhe foram apresentadas em juízo.
- julgando inconstitucional o fato de o cidadão norte-americano estar sujeito a multa por não ter um plano de saúde.
- decidindo adiar para o próximo ano a entrada em vigor da nova regulamentação.
- reconhecendo como legal a exigência de que a maioria dos norte-americanos tenha seguro-saúde.
- alertando para os efeitos negativos das reformas assistenciais sobre uma parcela-chave da população.

04

No texto, o termo que expressa a atitude contrária à lei do sistema de saúde norte-americano é

- "scorn" (L. 2).
- "singling out" (L. 4).
- "achievements" (L. 19).
- "deeming" (L. 23).
- "vowed" (L. 27).

05

No texto, o pronome "its" (L. 29) refere-se a

- "Republicans" (L. 27).
- "the law" (L. 27-28).
- "vote" (L. 28).
- "Senate" (L. 30).
- "White House" (L. 30).

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 06 A 10

Almost a quarter of jurors in England and Wales currently misunderstand the restrictions on internet use during a trial, according to research just published.

5 *A significant number, 16%, wrongly believe they are not even allowed to check their emails while they are on jury service. On the other hand, and more alarmingly, 5% believe there are no restrictions at all on internet use during a trial while 2% believe they can look for information about a case so long as they don't let it affect their judgment.*

10 *Jurors are routinely told that they must not do their own research on the cases they are trying. Last year, a juror was given six months' imprisonment because she had searched online for information about the defendant. But jurors are perfectly free to check their emails and conduct other business online when they are not sitting in court or deliberating.*

15 *The latest findings were obtained by Professor Cheryl Thomas, director of the jury project at the University College London law faculty. Her team spoke to 239 jurors immediately after they had returned verdicts in 20 different cases tried in London over the past year or so. Contrary to popular myth, such research is not prohibited by the Contempt of Court Act 1981 — which applies only to jurors' "deliberations".*

25 *Presenting her findings in the forthcoming issue of the Thomson Reuters journal Criminal Law Review, Thomas says they demonstrate that decisions about jury trial in the internet age should be based on empirical evidence. In its absence, the debate has become polarised around two extreme positions, neither of which she regards as justified.*

30 *Those who might prefer to see an end to jury trial argue that it is impossible to stop jurors obtaining information from the internet. Those who are opposed to media restrictions argue that we should simply "trust the jury" to decide cases on the evidence.*

Guardian.co.uk, 15 May, 2013. Adaptado.

06

Segundo o texto, com base nos relatos dos jurados entrevistados para o estudo da Faculdade de Direito da University College London, pode-se afirmar que

- a metade dos jurados no tribunal está ciente de restrições ao uso da internet durante um julgamento.
- eles consideram ilegítima a manutenção de atividades em redes sociais, quando estão designados para julgar um caso.
- um número representativo de jurados critica a proibição de checar *e-mails* durante o julgamento.
- alguns jurados acreditam haver permissão para uso de ferramentas da internet para buscar informações sobre o caso sob julgamento.
- jurados em atividade reconhecem falta de orientação de como proceder, com relação ao uso da internet.

07

A pesquisa mencionada no texto mostra que o uso dos recursos da internet por jurados, na Inglaterra e no País de Gales,

- é, dependendo do caso em julgamento, amplamente divulgado entre potenciais jurados.
- interfere na convicção do jurado, no momento de deliberar sobre a inocência ou culpa do réu.
- é considerado mal necessário, resultando em mais vantagens do que desvantagens para o réu.
- requer monitoramento das atividades do corpo de jurados, durante sua permanência no tribunal.
- envolve equívocos de interpretação por parte dos jurados, quanto às limitações do uso.

08

O texto informa que a pesquisadora Cheryl Thomas

- considera injustificadas as posições debatidas em torno da conduta do jurado com referência ao contexto da internet, na falta de evidências empíricas.
- expressa ceticismo quanto ao sucesso de determinações judiciais para coibir o uso da internet por jurados.
- diverge da opinião dos colegas sobre o dano ao tribunal do júri com o advento da internet.
- reconhece a necessidade de se criar uma cartilha do jurado contendo orientações sobre o uso da internet em plenário.
- sugere que os jurados fiquem incomunicáveis, sem permissão para acessar quaisquer recursos da internet, até o término do julgamento.

09

O segmento do texto em que se observa posição favorável ao uso da internet como recurso para o jurado é:

- "Jurors are routinely told that they must not do their own research on the cases they are trying" (L. 10-11).
- "Last year, a juror was given six months' imprisonment because she had searched online for information about the defendant" (L. 11-13).
- "Contrary to popular myth, such research is not prohibited by the Contempt of Court Act 1981..." (L. 21-23).
- "Those who might prefer to see an end to jury trial argue that it is impossible to stop jurors obtaining information from the internet" (L. 31-33).
- "Those who are opposed to media restrictions argue..." (L. 33-34).

10

No texto, a expressão "so long as" (L. 9) indica, em relação à conduta do jurado,

- permissão.
- obrigatoriedade.
- condição.
- interdição.
- abrangência.

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 11 A 15

On March 19th the Supreme Court ruled that American copyright law does not restrict goods produced abroad from being resold in America. The ruling widens the reach of the “first sale doctrine”, which gives copyright-holders control of their goods until their first sale; afterwards the purchaser can lend or peddle them for whatever price he chooses. Previously, the first-sale doctrine protected copyright-holders from their works being imported and resold without their permission. A retailer could legally sell a second-hand “Gone with the Wind” DVD, but could not buy it cheaply in Russia, bring it to America and sell it for a low price. With the Supreme Court’s ruling, that protection has been swept away.

Publishers, record labels, film studios and other content-owners are shocked. They have often sold the same product in poorer countries for less, knowing that it would not hurt their pricing power at home. Now it will. Big online retailers such as Amazon and eBay could start exploiting these pricing differences on a large scale. Ian Whittaker of Liberum Capital, a broker, thinks this ruling will really hurt academic publishers, such as Pearson (a part-owner of The Economist). They tend to sell identical books for eye-watering prices in America and much less in countries where people cannot afford those prices.

Publishers have already warned that they may have to turn the page on the old system of letting students in poor countries buy textbooks cheaply. “Some people are predicting a world where price discrimination will no longer be possible,” says Arti Rae, a professor of law at Duke University. Media companies could choose to stagger the release of films or books across countries, delaying the launch of titles in countries where they cannot fetch high prices. However, that may simply encourage piracy.

Economist.com, 23 March, 2013. Adaptado.

11

Conforme o texto, com a determinação da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, a chamada “doutrina da primeira venda”, dentre outros aspectos,

- estimula a busca de alternativas, por parte das empresas, para coibir a importação ilegal.
- impede o aumento, em detrimento da produção nacional, da importação de produtos do mercado alternativo.
- restringe, por meio de agravamento de aplicação da norma, práticas abusivas de venda de produtos com preços inflacionados.
- privilegia empresas detentoras de conteúdos, com unidades operando nos EUA e no exterior.
- garante às empresas detentoras de direitos autorais controle parcial sobre seus produtos.

12

De acordo com o texto, uma recente decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, concernente à lei de direitos autorais,

- limita a repatriação de bens em poder de representantes no exterior.
- deve inibir abusos na atribuição de preços incompatíveis com o mercado interno.
- coíbe a exploração de cópias de mercadorias que estão sob proteção legal.
- permite que bens produzidos legalmente no exterior sejam revendidos no país.
- penaliza, de modo severo, violação de direitos em vendas sem permissão do fabricante.

13

O texto informa que a determinação da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, referente à lei dos direitos autorais, deve levar editoras a

- tabelar os preços de seus produtos mais visados pelo comércio ilegal.
- introduzir mudanças no que concerne às suas políticas de diferenciação de preços.
- explorar mercados fora dos Estados Unidos, antes desconsiderados.
- sofrer queda nos lucros obtidos com vendas de estoques remanescentes.
- deixar de priorizar determinado perfil de leitor no mercado nacional.

14

O texto sugere que um dos possíveis efeitos da lei de direitos autorais para a indústria do entretenimento é

- a limitação na atribuição de preços a bens com direitos autorais, considerando condições econômicas locais.
- a rápida desvalorização de cópias legais de bens culturais norte-americanos comercializados no exterior.
- o aumento no número de terceiros investindo em importação de bens cujas marcas são protegidas por lei.
- a descrença do consumidor doméstico na importância da autenticidade de determinadas obras culturais.
- a desobediência a determinados aspectos da lei, apesar do risco de haver sanções na esfera internacional.

15

No texto, o pronome “their” (L. 4) refere-se a

- “copyright-holders” (L. 4).
- “goods” (L. 5).
- “first sale” (L. 5).
- “purchaser” (L. 5).
- “price” (L. 6).

EXTO PARA AS QUESTÕES DE 16 A 20

WASHINGTON — *In a pair of 5-to-4 decisions issued on Tuesday, the Supreme Court ruled in favor of an injured airline mechanic and against a registered nurse who said her pay had been unfairly docked.*

Both rulings divided along familiar ideological lines, and only Justice Anthony M. Kennedy was in the majority in both. The dissenters in each case accused the majority of manipulating the judicial process to address a question not properly before the court.

The case concerning the airline mechanic, James E. McCutchen, arose from a car accident in which he was badly injured. His employer, US Airways, paid his medical expenses of \$66,866.

Mr. McCutchen sued the other driver and received a payment from his own insurer, recovering a total of \$110,000. Forty percent of that went to his lawyers, leaving him with \$66,000, or a little less than US Airways had paid.

The company's health plan required Mr. McCutcheon to reimburse it for what it had paid out if he recovered money from a third party. The question for the justices was whether that meant every penny he had received plus \$866 or something less.

Justice Elena Kagan, writing for the majority, said the words of the health plan were "silent on the allocation of attorneys' fees" and could be read in two ways: requiring Mr. McCutchen to pay back "every dollar received from a third party" or "only the true recovery, after the costs of it are deducted."

Given that ambiguity, she wrote, ordinary fairness required the second interpretation.

The second case concerned a nursing home in Philadelphia that had docked its workers' pay by a half-hour for meal breaks, whether they took the breaks or not. Laura Symczyk sued the home, saying it had violated the Fair Labor Standards Act of 1938. The law allows workers to band together in a "collective action," and Ms. Symczyk said she wanted to represent such a group.

The company promptly offered to settle her case for \$7,500, but she did not respond. Though she received no money, a federal judge threw out her case as moot based on the settlement offer.

New York Times, 16 April, 2013. Adaptado.

16

Conforme o texto, a empresa aérea US Airways está em disputa judicial com o mecânico James E. McCutchen

- por considerar tentativa de enriquecimento a atitude do funcionário.
- para reaver quantia gasta com despesas médicas, após o acidente.
- para recuperar parte da indenização recebida por ele.
- por julgar que ele tenha agido de má fé.
- por entender como abusivo o afastamento do funcionário.

17

Segundo o texto, a justiça dos Estados Unidos da América se pronunciou favorável a James E. McCutchen, por considerar, dentre outros elementos, que

- o funcionário pagou, com recursos próprios, tratamento adicional após recuperação do acidente.
- a queixa do empregador assemelhava-se a tentativa de extorsão.
- os termos contratuais do plano de saúde carecem de clareza quanto aos direitos de reembolso.
- o pedido de compensação monetária, feito pela empresa, fere acordos solidificados no direito trabalhista norte-americano.
- o plano de saúde da empresa é falho na assistência ao funcionário, em caso de acidente de trabalho.

18

Conforme relatado no texto, a enfermeira Laura Symczyk processou a clínica onde trabalhava, alegando que seu empregador

- reduziu a duração dos turnos de trabalho, sem consulta prévia.
- descontou do seu pagamento o período reservado para refeições.
- ignorou atividades de compensação realizadas nos intervalos.
- desrespeitou leis trabalhistas, no que se refere a banco de horas.
- deixou de lhe pagar a remuneração equivalente a horas extras.

19

O texto informa que o processo da enfermeira Laura Symczyk foi rejeitado, dentre outros aspectos, em razão

- da desistência dos demais colegas.
- de erros processuais da causa coletiva.
- de a oferta de acordo ter ficado sem resposta.
- do baixo valor oferecido pela clínica.
- da inadequação legal da oferta sugerida.

20

De acordo com o texto, o fato de a Suprema Corte dos Estados Unidos da América ter decidido a favor de um trabalhador e contra outro foi interpretado por alguns dos magistrados como

- compreensão equivocada da lei.
- disputas relativas à hierarquia no tribunal.
- falha na aplicação de princípios equitativos.
- manipulação do processo judicial.
- expressão de contradição argumentativa.

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 21 A 25

Justices at the Supreme Court have ruled they have the power to consider secret evidence in cases, even though at least one of the parties involved would not be allowed to see it.

5 *The decision is in stark contrast to a separate ruling by the same court in 2011 that secret materials could not be permitted in civil cases.*

10 *The latest ruling relates to sensitive material in a legal battle over Treasury sanctions imposed on an Iranian bank accused of indirectly helping finance Iran's nuclear weapons programme.*

The Treasury imposed sanctions on Bank Mellat in 2009 that stopped anyone in the UK financial sector from working with it, effectively shutting the bank out of the UK.

15 *The Government accuses the bank of providing financial services to companies engaged in Iran's nuclear and ballistic missile programme and insists the sanctions are designed to hamper such programmes.*

20 *Lawyers for the bank claim its right to fair hearing would be breached if it could not see sufficient information on the allegations against it.*

25 *They lost in High Court in 2010, when Mr Justice Mitting had heard evidence behind closed doors, and delivered a secret judgment based on that evidence. The Court of Appeal considered that secret judgment before dismissing Bank Mellat's appeal in 2011.*

30 *Treasury ministers, who have the power to impose sanctions on anyone involved in nuclear weapons development which poses a "significant risk" to the UK, had argued that the Supreme Court could and should consider Mr Justice Mitting's secret judgment before ruling on Bank Mellat's latest appeal.*

35 *But Bank Mellat, which has not seen Mr Justice Mitting's ruling, had argued that the Supreme Court had no statutory power to consider the secret judgment and did not need to consider the secret judgment when making a decision on whether or not to overturn the Treasury order.*

The Telegraph, 20 March, 2013. Adaptado.

21

Segundo o texto, o Banco Mellat está apelando, na justiça, contra as sanções impostas pelo governo do Reino Unido por suposto envolvimento com programa nuclear bélico no Irã, alegando, dentre outras justificativas,

- ser vítima de complô por parte de serviços de inteligência.
- ter perdido importantes clientes no Reino Unido.
- a existência de declarações infundadas das autoridades.
- perseguição política por parte de governos europeus.
- a necessidade de exame do conteúdo das alegações.

22

O trecho do texto que indica avaliação de uma mudança de posição da Suprema Corte do Reino Unido é

- "The decision is in stark contrast to a separate ruling by the same court in 2011..." (L. 5-6).
- "The latest ruling relates to sensitive material in a legal battle..." (L. 8-9).
- "The Court of Appeal considered that secret judgment ..." (L. 24-25).
- "the Supreme Court could and should consider Mr Justice Mitting's secret judgment..." (L. 30-31).
- "the Supreme Court had no statutory power to consider the secret judgment..." (L. 34-35).

23

Conforme o texto, um dos argumentos que justificam considerar materiais secretos como provas refere-se à

- garantia de imparcialidade em julgamentos com comoção social.
- proteção dos juízes, evitando ao máximo o assédio da mídia.
- redução de ameaças a testemunhas em casos polêmicos.
- cautela com informações envolvendo segurança nacional.
- preservação dos interesses e privacidade das partes envolvidas.

24

O verbo "to hamper" (L. 18), considerado no contexto, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por

- to store.
- to loosen.
- to hinder.
- to urge.
- to further.

25

No texto, o pronome "it" (L. 20) refere-se a

- "Lawyers" (L. 19).
- "bank" (L. 19).
- "hearing" (L. 19).
- "information" (L. 20).
- "allegations" (L. 21).

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 26 A 30

LITTLE ROCK, Ark. (AP) — An Arkansas law banning most abortions 12 weeks into a woman's pregnancy won't take effect while a legal challenge is pending, a federal judge ruled Friday.

5 *U.S. District Judge Susan Webber Wright granted a request for a preliminary injunction against the ban, which was set to take effect in August.*

10 *The state's Republican-led Legislature overrode a veto from Democratic Gov. Mike Beebe to enact the law in March. Weeks later, attorneys for the American Civil Liberties Union of Arkansas and the Center for Reproductive Rights sued the state on behalf of two Little Rock abortion providers and sought an injunction to block the ban's enforcement.*

15 *Those groups also want Wright to block the law permanently, saying it's unconstitutional and clearly contradicts the U.S. Supreme Court's landmark 1973 Roe v. Wade decision, which legalized abortion until a fetus could viably survive outside the womb. A fetus is generally*
20 *considered viable at 22 to 24 weeks.*

Wright didn't decide Friday whether Arkansas' ban was constitutional; she is expected to do that sometime in the future. Her decision Friday was merely a temporary one: It means the law can't be enforced while the lawsuit is
25 *pending.*

Arkansas' 12-week ban was briefly the nation's most restrictive abortion law, but North Dakota has since passed an even tighter restriction — as early as six weeks.

30 *Abortion rights advocates are expected to challenge the North Dakota law soon. So far, they haven't challenged Arkansas' 20-week abortion ban, which took effect immediately after lawmakers overrode Beebe to pass it in late February. That ban is based on the disputed claim that a fetus can feel pain by the 20th week and therefore*
35 *deserves protection from abortion.*

40 *Arkansas' 12-week law is tied to the date when a fetal heartbeat can typically be detected by an abdominal ultrasound. The measure includes exemptions for rape, incest, the life of the mother and highly lethal fetal disorders. The 20-week ban includes the same exemptions as the 12-week one, except for fetal disorders.*

USToday, 17 May, 2013. Adaptado.

26

O texto informa que a lei para banir o aborto, em certas condições, no estado de Arkansas,

- aguarda nova redação de emendas para vigorar.
- prejudica as mulheres com dois meses de gestação.
- representa iniciativa de políticos do partido democrata.
- estava prevista para vigorar antes de agosto de 2012.
- enfrenta atualmente entraves no âmbito jurisdicional.

27

Em relação à lei antiaborto, mencionada no texto, advogados da União Americana pelas Liberdades Civis e do Centro para Direitos de Reprodução

- pedem seu bloqueio definitivo, por ferir a doutrina estabelecida pela Suprema Corte.
- sugerem mudanças no limite de semanas de gestação estipulado.
- acusam líderes políticos de ignorarem a Constituição do país para fins eleitorais.
- movem ação para ressarcimento de danos morais contra clínicas de aborto em Little Rock.
- contestam os termos da lei, com base na norma aprovada em Dakota do Norte.

28

Segundo texto, em relação à lei antiaborto do estado de Arkansas, o governador Mike Beebe

- promoveu debates.
- sugeriu emendas.
- apresentou seu veto.
- adiou sua entrada em vigor.
- teve apoio dos demais políticos.

29

Com base na leitura do texto, um aspecto que sinaliza para uma posição marcadamente contrária ao aborto pode ser percebido

- na referência à Constituição norte-americana, que preza o valor da vida humana.
- no poder dos Estados de controlar a licença a médicos que realizam abortos.
- na observação dos limites da decisão judicial do caso "Roe contra Wade", de 1973.
- no argumento da detecção do batimento cardíaco fetal via ultrassom abdominal.
- na ação movida contra o Estado pelos membros do Centro para Direitos de Reprodução.

30

A tradução mais adequada para o termo "even" (L. 28), considerado no texto, é

- mesmo.
- mais.
- quase.
- se.
- ainda.

XXX.XXX.XXX.XXX DD/MM/AAAA HH:MM:SS

FD 2014
1ª Fase - Inglês (21/07/2013)

002
002/002